



GEOFILOSOFIA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UM DIÁLOGO POSSÍVEL

Albio Fabian Melchiorretto - Mestre em Educação (FURB) - NPDR/PPGDR/FURB

Juarês José Aumond - Doutor em Engenharia Civil (UFSC) - PPGDR/FURB

RESUMO

O território é um conceito importante porque através dele os seres humanos e a sociedade tomaram posse do mundo. Com a posse modificaram aquilo que ali se apresenta. Este ensaio objetiva aproximar os conceitos de geofilosofia de Gilles Deleuze e Félix Guattari, como possibilidade de pensar a territorialidade, em diálogo com o desenvolvimento regional. É um movimento multifacetado e transdisciplinar. Para tal, o texto se organizará a partir de revisão bibliográfica onde os conceitos de geofilosofia e desenvolvimento regional serão cartografados. A cartografia proposta é um ensaio que se desdobrará em estudos futuros. O texto é uma abordagem aberta e dialógica com suas possibilidades com vistas a uma nova terra.

Palavras-chaves: Desenvolvimento Regional. Geofilosofia. Cartografia Social. Nova Terra.



*No princípio o verbo se fez fogo
Nem atlas tinha o globo
Mas tinha nome e o lugar
Era Terra, Terra
(O Teatro Mágico)*

1 INTRODUÇÃO

Da janela eu vejo um espaço que se reconfigura com o passar dos anos. Hoje há uma área verde intensa, mata cerrada que toma conta das montanhas e o cantar dos pássaros compõe várias sinfonias. Esta paisagem nem sempre foi assim. Houve um tempo que da janela via-se outro verde nas montanhas, que era das pastagens populadas por bois, vacas e cabras. O canto dos pássaros já foi rareado, em vez deles, espantalhos feios protegiam a lavoura que já não existe mais. A janela sempre a mesma, mas como Heráclito de Éfeso lembrou, nenhum homem pode se banhar duas vezes no mesmo rio, pois na segunda vez o rio já não é o mesmo, nem tão pouco o homem (SOUZA, 2000). Entretanto a mudança vista da janela não é algo inocente, tampouco, fruto do acaso. Existe um provocado movimento de reterritorialização que faz o cenário descrito alterar-se, como também outros que em torno dele. Movimentos da ordem da multiplicidade que abarcam em si estruturas transformacionais. E o contexto de reterritorialização é o principal incômodo que motiva esta reflexão.

O texto que se apresenta está alinhado a um projeto de pesquisa de doutoramento em Desenvolvimento Regional. A proposta maior investiga a reterritorialização do rural frente ao avanço do urbano, compreendendo os espaços de mudanças e suas possíveis consequências. É um trabalho, ao mesmo tempo, investigativo e propositivo, no sentido de apontar caminhos e outras perspectivas frente ao avanço do urbano. Aqui recorta-se um elemento que é o uso da geofilosofia de Gilles Deleuze e Félix Guattari como possibilidade de base para discutir o movimento de reterritorialização. Embora a discussão dos pensadores franceses se preocupe em entender os vetores que atravessam e que constituem o território numa perspectiva nômade, acredita-se na possibilidade do uso desses elementos num diálogo com o desenvolvimento regional. Daí uma discussão transdisciplinar da reterritorialização com elementos como o rizoma, o ritornelo e a ideia de uma nova terra.

A partir deste cenário, o texto objetiva aproximar os conceitos de geofilosofia de Gilles Deleuze e Félix Guattari como possibilidade para pensar a territorialidade em diálogo com



desenvolvimento regional. O território é multifacetado (DELEUZE; GUATTARI, 2010), significa dizer que ele se processa em graus de desterritorialização. A transformação da paisagem, que observamos de qualquer janela, é um movimento de desterritorialização que acontece com o passar do tempo. O movimento apresenta a recomposição de uma paisagem que era algo, deixou de ser na sequência e transformou-se numa outra “coisa”. A preocupação de Deleuze e Guattari (2010) com este movimento é refletir condições da subjetivação humana. Para o desenvolvimento regional é propício, porque provoca um olhar multifacetado para além das vistas que aprisionam e sustentam uma janela.

Para atingir o objetivo do texto dois caminhos metodológicos serão determinantes. O primeiro caminho será a discussão dos conceitos chaves a partir da revisão bibliográfica. Conceituar-se-ão os elementos que formarão a cartografia multifacetada entre desenvolvimento regional e geofilosofia. Portanto, os conceitos serão divididos em dois blocos. O primeiro, desenvolvimento regional, com os conceitos de desenvolvimento, região, território e transdisciplinaridade. O segundo bloco, conceitos de geofilosofia a partir de Deleuze e Guattari. Construída a base, haverá o segundo caminho, que é o uso da cartografia social como estratégia de diálogo entre os conceitos. A cartografia social, que será explicada adiante, é ligada aos campos das ciências sociais e humanas e tratará de movimentos, jogos de poder, enfrentamento entre forças e práticas de resistência e liberdade. A cartografia desdobra-se no tempo e no espaço e é pensada a partir da leitura de Deleuze (1990), que propõe o desemaranhar de linhas de um dispositivo, tal qual se faz um novelo.

O ensaio é uma abordagem aberta, que busca dialogar com as áreas distintas imaginando que na ruptura de cada qual há uma abertura para o diálogo. Além da parte introdutória, será dividido em quatro partes, seguindo a estrutura metodológica já explicada. A segunda parte tratará dos conceitos de desenvolvimento regional e outros correlatos mencionados acima. Na terceira parte apresentar-se-á a discussão deleuzo-guattariana, já nomeada. O quarto capítulo será uma abertura conceitual, dada a partir da cartografia social e dos movimentos do cartógrafo social. Esta será dividida em três seções: a exposição da cartografia social como método; as possibilidades de diálogo entre a geofilosofia e o desenvolvimento regional e, por fim, os caminhos propositivos dados a partir da reflexão e as possíveis ligações com o problema reterritorialização do rural. Embora não seja o objetivo central do texto, e até agora não se apresentou nenhum próprio deste debate, deixa-se claro que este tema tangencia toda a reflexão. E por último, como de praxe, as considerações finais.



2 O DESENVOLVIMENTO REGIONAL COMO PERSPECTIVA MULTIFACETADA

Pensar o desenvolvimento regional enquanto um campo do saber é um desafio porque opera-se com campos distintos numa rede de relações. Nesta seção serão abordados três conceitos: o desenvolvimento, a região e transdisciplinaridade. São múltiplos elementos que se completam, pois a ideia de desenvolvimento e a ideia de região formam uma ligação por relações mútuas, como também afirma Mattedi (2015). São elementos múltiplos e ao mesmo tempo moleculares. “Quanto mais se desenvolve uma região, maiores são as interconexões e interdependências entre desenvolvimento e região” (MATTEDI, 2015, p. 64). A percepção de desenvolvimento acontece a partir de uma perspectiva regional localizada no tempo, “tornando-se um instrumento teórico e metodológico de análise das características microrregionais” (RIEDL, 2017, p. 117). Então, tempo e espaço se imbricam numa perspectiva teórica com a possibilidade de uma teia conceitual. Convém, agora didaticamente, analisar os três conceitos propostos.

A primeira abordagem é a ideia de região. Usa-se o termo região de formas diferentes no dia a dia. Pode-se aplicar a ideia de região para uma porção terra geolocalizada, como por exemplo a região sul de um estado. Ou, ainda, um espaço no corpo humano, a região do abdômen, para citar. Apesar das duas situações, ambas tratam de uma localização e falam de coisas completamente diferentes. Via de regra, compreender a região é construir uma fração da realidade, a partir de um conjunto de variáveis, como Theis e Butzke (2017), afirmaram. Discutir região é proporcionar uma reflexão territorial, ainda que careça discutir melhor quais são os elementos que compõem o território e, por conseguinte, a região. Theis (2019), ao problematizar a região, recupera Celso Furtado e a ideia de fratura. A região é uma fratura que apresenta condições de desigualdade, o que permite afirmar, com certa segurança, que as regiões possuem formas e estágios de desenvolvimento assimétricos. Tanto em Theis e Butzke (2017), quanto em Theis (2019), encontra-se um olhar espacial para o Brasil mostrando historicamente como a construção do território brasileiro foi um processo desigual, mas isto não é foco desta reflexão. A preocupação de momento é conceituar região e perceber que uma questão territorial traz a desigualdade como produto.

A segunda abordagem é a ideia de desenvolvimento. O desenvolvimento implica em uma percepção de processo, ou processualidade. Aqui ambos são tomados como ideia de movimento e transformação. O que, mais adiante neste ensaio, se aproxima com a ideia de reterritorialização. O desenvolvimento é uma ideia processual que se dá dentro do tempo e



do espaço. Por exemplo, se considerarmos dois pontos, o processo de mudança seria a partida de um ponto qualquer para chegar a um outro ponto qualquer. São mudanças processuais que acontecem de uma perspectiva temporal. Há dois pontos, A e B, e esses pontos estão em tempos diferentes. O desenvolvimento é uma questão de ritmo, como Mattedi (2015) chama atenção. Cada ponto tem seu próprio ritmo. Cabe lembrar que aqui se pensa o movimento do desenvolvimento, e não há graus de julgamento, como se ele fosse bom ou ruim, adequado ou exploratório. Há apenas a ideia de movimento a partir de um processo entre pontos. Tal fato também leva a pensar em uma ideia de fratura. O desenvolvimento prevê rupturas e acontecimentos diferentes nos vários pontos, ele não é um processo uníssono.

O que é isso que se chama desenvolvimento regional? “É a constatação de que [ele] não deve ser limitado ao que emana de uma ou duas disciplinas, na medida em que, devido ao seu evidente caráter interdisciplinar, tente a se articular com outros campos do saber” (THEIS, 2019, p. 19). Esta escolha teórica de região e de desenvolvimento permite, em certo grau, uma aproximação com a ideia de geofilosofia em Deleuze e Guattari, como se explanará na próxima seção. É dito isto porque, em Theis (2019), há a inspiração de pensar o desenvolvimento regional como um encontro multifacetado de várias disciplinas. Daí decorre a possibilidade de diálogo com a geofilosofia. Entretanto, este texto não se pensará como interdisciplinar, mas numa perspectiva transdisciplinar. A depender disso, o desenvolvimento regional permite um olhar sistêmico diante dos problemas que lhe competem.

Em Deleuze (1992) a disciplina opera em caráter fechado, algo próximo ao encarceramento. Nas sociedades disciplinares, diz o filósofo, não há espaço para a criação, tudo é sempre um recomeçar. Da escola à casa, da casa à fábrica, e assim os movimentos começam e terminam numa lógica binária fechada. E forçando o conceito, poder-se-ia tomar o interdisciplinar como uma operação entre várias disciplinas. Mas ainda manter-se-ia o caráter fechado da disciplina. Nesta mesma direção, o modelo transdisciplinar romperia a lógica da disciplina e do controle, que a sucede, de acordo com Deleuze (1992). Então, pensar o desenvolvimento regional como um território em movimento é ir além de lógicas fechadas e pensar a transdisciplinaridade como uma transgressão à disciplina. Aqui entende-se transgredir como atravessar. O desenvolvimento regional atravessa a ordem da disciplina para pensar elementos multifacetados que instrumentalizam a entender os movimentos territoriais para além de si mesmos. A transdisciplinaridade permite compreender o território

5

além da fratura que produz movimentos de desigualdade. É uma forma de criar resistências à lógica da maquinaria do capital, ou daquilo que Deleuze (1992) chama de mecanismos de controle.

Então, o desenvolvimento regional opera com a ideia de região a partir do aspecto territorial, de desenvolvimento como uma ideia de processo e, por fim, o faz partir de eixos transdisciplinares. E isto que faz do desenvolvimento regional um movimento não unísono e que permite criar pontos e novas conexões. São esses pontos multifacetados que permitem estudar e compreender para além da disciplina e do controle os elementos que podem ser de ordem social, cultural, econômica, antropológica, entre outros, como Theis e Butzke (2017) destacam.

3. A GEOFILOSOFIA

O objetivo desta seção será discutir a geofilosofia em Deleuze e Guattari. Antes de chegar à definição, três conceitos apresentados por Deleuze e Guattari são pertinentes ao debate: o do ritornelo, do rizoma e da Nova Terra. Eles darão base para apresentar uma abertura conceitual, para dialogar com a geofilosofia e o desenvolvimento regional a fim de pensar questões territoriais. A começar pelo ritornelo, mas, antes de entrar no caminho proposto, é preciso dizer o que ele não é.

A expressão ritornelo é usada na música. Em *Mil Platôs, volume 4*, Deleuze e Guattari (2012) recorrem à música para dizer o que o ritornelo é, mas não partem do conceito musical. Há uma linha tênue que separa o uso do ritornelo na música e daquilo que afirmam. Mas se julga importante dizer o que ele não é para evitar problemas de ordem conceitual. Na música o ritornelo é um sinal com dois pontos, junto a uma linha vertical, que é usado para delimitar um trecho musical que será executado duas vezes. Todo o espaço na partitura compreendido entre o ritornelo é o segmento a ser repetido. Podemos conferir na figura abaixo um compasso em pausa marcado por ritornelos.

Figura 1: exemplo de ritornelo na música



Fonte: grafo elaborado pelos pesquisadores a partir do software MuseScore3.



Dito o que ele não é, partiu-se para a leitura deleuzo-guattariana. Para chegar ao rizoma, o significado da criação de conceitos é imprescindível. Afirma-se que ele é sempre inventivo; ele é uma criação, conforme aparece nas discussões de *O que é filosofia?* (DELEUZE; GUATTARI, 2010). A criação está locada do território, e lá ela constitui uma rede relacional com outros elementos e entes possíveis. Em certo grau, afirma-se que há um plano geológico imanente que permite uma criação conceitual. O ritornelo é um conceito inventivo em Deleuze e Guattari. Ele está relacionado a muitas coisas, pois expressa sempre um dinamismo, e está ligado ao problema do território. Claro que território, em Deleuze e Guattari, se apresenta numa perspectiva diferente daquela abordada pela geografia, e pelo desenvolvimento regional, como se confere em Saquet (2015). A proposição que aqui se sustenta é que existe a possibilidade, enquanto ação inventiva, de se pensar esta aproximação. O ritornelo expressa-se no dinamismo dos territórios.

O ritornelo, em Deleuze e Guattari (2012), se expressa na sutileza que permite estar sensível às forças moleculares. É a ideia da promoção de um retorno, mas há uma diferença substancial ao retorno em uma partitura. O retorno não se dá ao mesmo ponto no território, ele acontece num ponto que já foi reterritorializado, o que confere o grau de dinamismo ao espaço. E, por conta deste dinamismo, o ritornelo está sempre em relação a outros ritornelos, formando múltiplas conexões. Nas palavras dos autores franceses, “num sentido geral, chamamos de ritornelo todo conjunto de matérias e de expressão que traça um território, e que se desenvolve em motivos territoriais, em paisagem territoriais” (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 139). O ritornelo instala-se no território, vai em direção de, ou sai dele. Existe um conjunto relacional.

Mas qual o motivo desta discussão, apenas para chegar à geofilosofia? Poderia ser, entretanto há de considerar o território para além dos elementos físicos que o compõem. Daí a importância do ritornelo. “O motivo do ritornelo pode ser a angústia, o medo, a alegria, o amor, o trabalho, a marcha, o território... mas quanto ao ritornelo, ele é o conteúdo da música” (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 105). Não é só chegar à geofilosofia, ou ao espaço físico como ele aí está, mas pelas forças e desejos que o atravessam e formam um contexto. O ritornelo retorna ao ponto reterritorializado, permitindo olhar os sentimentos, as ideias, as sensações que compõem a história de um determinado território, e quais são os movimentos que aí se estabelecem. A multiplicidade dos elementos no ritornelo se conecta ao rizoma.

Para discutir o rizoma, o primeiro ponto a se considerar é a compreensão do devir mundo, proposta por Deleuze e Guattari. Existe a intencionalidade de superar a visão



reducionista de que se entende o mundo. Para os autores o dualismo não cessa. “Na verdade, não basta dizer viva o múltiplo [...] É preciso fazer o múltiplo, não acrescentado uma dimensão superior, mas ao contrário, de maneira simples, com a força da sobriedade” (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 13). Os animais, dizem os pensadores, são rizomórficos. Tomemos um ninho de ratos, por exemplo, suas funções agem em torno da evasão e da ruptura. “Há rizoma quando os ratos deslizam uns sobre os outros” (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 14). No ninho dá-se a forma caótica, não hierarquizada que busca um estar-ser-no-mundo. Do caos, origina-se a criação de novos territórios, a imanência do próprio ser: eis uma expressão rizomática. Para compreender este amontoado de “ratos” que se deslizam uns sobre os outros, considerar-se-ão seis características aproximativas. Elas são: os princípios da conexão, da heterogeneidade, da multiplicidade, da ruptura assignificante, da cartografia e da decalcomania. Vejamos, didaticamente, cada uma delas.

O princípio da conexão pressupõe que qualquer ponto de um rizoma pode se conectar a qualquer outro ponto. O rizoma se configura diferente de uma lógica linear em que um ponto se conecta apenas ao outro ponto, dentro de uma ordem. Por exemplo, o ponto A apenas conectar-se-á com o B. O princípio da conexão pressupõe que as ligações são múltiplas e não obedecem a uma hierarquia. O ponto A conecta-se a qualquer outro ponto. O princípio da heterogeneidade parte da ideia de que qualquer conexão seja possível, então, há uma quebra de relações homogeneizadas. O rizoma rege-se pela heterogeneidade e promove um descentramento sobre outras dimensões e registros. O princípio da multiplicidade afirma que o rizoma não se reduz à unidade. O rizoma não é sujeito, nem objeto, como também não possui uma unidade que sirva de pivô. A multiplicidade é a característica que rompe os limites estanques de uma lógica linear.

O princípio da ruptura assignificante indica que o rizoma, embora estratificado por linhas e por territórios, está sempre sujeito às linhas de fuga. Elas são possibilidades de rupturas para novas e insuspeitas direções. Ele pode ser rompido em qualquer momento e, da ruptura, traz novas significações. O princípio da cartografia é a ligação do rizoma com o mapa. O rizoma pode ser acessado por pontos infinitos e de múltiplas direções. Ele não tem como finalidade a descrição, possui uma riqueza geográfica da ordem do devir. Não é mera reprodução, mas é constante produção. E, como último princípio, a decalcomania. O rizoma degenera, floresce, desmancha e prolifera. Não é uma cópia. Um mapa, por exemplo, também pode ser copiado, porém, se assim o for, o rizoma se sobrepõe criando um território. Logo, não é um desenho simplório, mas há de ser um novo mapa. O rizoma leva então à Nova Terra.

8



A Nova Terra consiste na busca da imanência de uma vida a partir de uma experiência radical de desterritorialização. Deleuze e Guattari (2010; 2011; 2012) apresentam a dinâmica da Nova Terra como uma metáfora geológica dos movimentos de territorialização; desterritorialização e reterritorialização.

Cada território, cada habitat, junta seus planos ou suas extensões, não apenas espaços-temporais, mas qualitativos: por exemplo, uma postura e um canto, um canto e uma cor, perceptos e afectos. E cada território engloba ou recorta territórios de outras espécies ou intercepta trajetos de animais sem território, formando junções interespecíficas (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 218).

A terra não é apenas uma porção espacial, mas ela tem um cheiro. O cheiro não é apenas a descrição de uma sensação, é um elemento que permite dizer que o território é composto por uma multiplicidade de eventos, ou perceptos e afectos, como os autores dizem. Ou ainda, “o território é a propriedade do animal e ser dele é aventurar-se, é a possibilidade da construção de uma Nova Terra, um meio a se habitar” (AUGSBURGER; MELCHIORETTO, 2018, p. 18). O território tem uma natureza rizomática, o que permite o movimento de transformação do espaço e de tudo aquilo que o compõe.

O movimento de desterritorialização representa a busca pela imanência e não significa um fim a ser atingido em si mesmo. Conforme Deleuze e Guattari (2011a) afirmam, a desterritorialização é um movimento vertiginoso que assegura a passagem de um plano, ou platô, a um outro. Mais do que uma porção espacial de terra, o território é plano, de cheiros, de afetos e de condições que se compõem pela multiplicidade. A desterritorialização ordena, num sentido rizomático, chamadas simultâneas ou sucessivas, que escapam do poder da consciência territorial em vistas de algo, que está por-vir. É um momento de transformação da ordem radical. A partir da ideia de radicalidade é possível compreender a crítica de Deleuze e Guattari ao capitalismo. Os autores afirmam que o capitalismo produz um tipo de desterritorialização parcial. O parcial gera desigualdades, enquanto o plano da imanência leva a uma desterritorialização radical. Não são aproximados Deleuze e Guattari de Harvey (2013), por conta das diferenças epistêmicas de cada qual. Embora a ideia da formação de condições desiguais apareça nos autores, somente uma desterritorialização radical poderia provocar condições para a formação de uma Nova Terra que supere as condições formadoras de desigualdade (DELEUZE; GUATTARI, 2011b).

A reterritorialização é inventiva, tanto quanto um conceito. Ao pensar por esta lógica, a reterritorialização, assim como o conceito, também seria conectiva. A Nova Terra é uma



aspiração que nasce de um movimento de reterritorialização radical. Se não for, outra terra é formada, mas não nova. A reterritorialização não só reconfigura o espaço físico, mas também promove um outro-pensar sobre as condições que se formaram. Como Deleuze e Guattari (2011a) sugerem o pensar não é apenas uma relação entre sujeito e objetivo, mas é algo que se passa entre a terra e o território. A reterritorialização é uma possibilidade de enfrentamento diante daquilo que compõe os territórios. É um embate que se faz na superação às condições que formam uma massa desigual. Entretanto, a se aproximar pela natureza do rizoma, cada reterritorialização produziria novas condições e novas terras, logo, o que há de vir com a Nova Terra não pode ser respondido de antemão. “Assim, Nova Terra e nova habitação de território e novo algo devêm. [Há] outros mundos, co(a)smos, diferenciações” (AUGSBURGER; MELCHIORETTO, 2018, p. 22).

Todo este anteparo conceitual foi dito para preparar “o terreno” para afirmar o que é a geofilosofia em Deleuze e Guattari. A geofilosofia é uma perspectiva transdisciplinar que, em certo grau, possibilita outras conexões. Nos possíveis encontros é que se desenha um diálogo entre a geofilosofia e o desenvolvimento regional. Para Deleuze (2005), os conceitos têm uma zona de presença. Este texto se propõe a estabelecer uma zona de presença para além da metáfora geológica, ele determina um modo de presença nos movimentos geoterritoriais. Usa-se das reflexões geofilosóficas para refletir questões próprias da geografia, transgredindo a metáfora proposta. Se faz usando uma “lógica” rizomática, senão, com a mesma intenção, de confrontar uma imagem dogmática de mundo com um devir-mundo. É algo muito próximo da ideia de se arrogar um novo plano do pensamento (DELEUZE, 2005). A geofilosofia, enquanto conceito que aqui se trabalha, é deleuzo-guattariano, mas surge com Nietzsche, como os autores apontam. “Nietzsche fundou a geofilosofia procurando determinar os caracteres nacionais da filosofia francesa, inglesa e alemão” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 98). Em si a geofilosofia consiste numa geografia das condições do exercício e do pensamento.

Ao tomar a afirmação como verdadeira, por que não “pensar o pensamento” dos territórios físicos e as condições que os atravessam arrogando também, um novo plano do pensamento? Se o território, aqui no sentido abordado por Saquet (2015), for de fato um lugar dos afetos, será ele também um espaço de transformação? E se assim o for, por que não pensar a possibilidade de uma Nova Terra? Para Deleuze e Guattari (2010), os conceitos não são eternos e sequer, universais; operam por cortes e rupturas. Então, a partir destas possibilidades, pensa-se a relação da geofilosofia para sentir a terra em movimentos rizomáticos com a perspectiva do ritornelo. Ou ainda, um ritornelo com a perspectiva de uma

10



Nova Terra. Portanto considera-se a aplicação da metáfora geológica como uma possibilidade geográfica. “A geofilosofia pode direcionar uma cartografia do sentido para Terra, que não é apenas uma intencionalidade. É uma potência nômade, um corpo molecular, não orgânico, que se desenvolve em ramificações” (MELCHIORETTO, 2021, p. 90).

4 ABERTURA CONCEITUAL

A abertura conceitual é o momento do ensaio onde se estabelece, em certo grau, como o diálogo entre a geofilosofia e o desenvolvimento regional acontecerá. O caminho metodológico, que poderá conferir segurança para este movimento, é o da cartografia social. Então, o próximo passo do ensaio será pensar o conceito de cartografia social e os movimentos do cartógrafo como preparação para a geofilosofia. Aqui preparação no sentido semelhante ao agricultor que lavra a terra. E, tal qual o ritornelo, o primeiro apontamento do passo será dizer aquilo que ela não é.

A cartografia social distingue-se do uso tradicional da cartografia, dada a partir da geografia. Rolnik (2014) aponta que ela não é uma representação estética o território, no sentido mais ortodoxo do termo. A cartografia social agrega elementos que atravessam o território, num sentido deleuze-guattariano, e permitem afirmar que um mapa é diferente de um decalque (DELEUZE; GUATTARI, 2011a). A cartografia social é um modo de operar em Deleuze e Guattari que estabelecem, por meio das características aproximativas do rizoma, uma geografia do pensamento. Aqui se repetirá um movimento que consiste em tomar metáforas geológicas para dialogar com o desenvolvimento regional. Talvez, pela existência de diversos cartógrafos sociais, que citaremos adiante, esta transposição não seja tão estranha. A cartografia social, como método, é associada à geofilosofia, possui aberturas de ordem transdisciplinar. A cartografia é sempre um processo associativo, como aponta Almeida et al (2015). Ela não se estrutura em si mesma, mas forma um conjunto relacional com outros elementos.

Como se apontou na seção anterior, a desterritorialização radical é condição para construção de uma Nova Terra. Este movimento territorial não acontece numa escala de tempo objetiva e estritamente planejada. A passagem territorial é marcada, e evidenciada, por forças que nem sempre são nomeadas. Dentro desta perspectiva, o trabalho do cartógrafo social compreende associações relacionais, que trabalham com uma ideia de tempo, nem sempre linear, como Almeida et al (2015) chamam atenção. A cartografia social permite a



compreensão sensível do tempo, e forma possibilidades de ser – como também criar – resistências frente às forças de dominação. Por exemplo, é diferente perceber o tempo, na Avenida Paulista em São Paulo e numa estrada geral de uma comunidade rural no interior de Santa Catarina. Além do tempo, há significados e afetos diferenciados em cada espaço.

A cartografia social é de certa forma inventiva, tal qual é o conceito. Entre os graus de multiplicidade que existem no tempo e no espaço, ela cria conceitos e os toma para si. Daí a relação com o ritornelo e o rizoma. A forma inventiva tem como ponto de partida a filosofia da multiplicidade, como se confere em Deleuze e Guattari (2011a). Além da subjetividade temporal, tanto os objetos quanto os processos são analisados. O cartógrafo social se envolve com o objeto e forma com ele um rizoma. São encontros que também possibilitam rupturas. Toma-se o seguinte exemplo: um químico, ao fazer uma determinada experiência, mistura a substância A com a substância B, e chegará a C. Ao repetir a experiência, nas mesmas condições, novamente chegará a C. Já o cartógrafo social, em vez de substâncias, abordará condições de reterritorialização, motivado pela filosofia da multiplicidade e produzirá um mapa, com afetos, e nunca as condições serão repetidas. Então, retoma-se a ideia que o produto da cartografia social não é meramente um decalque estético, mas uma composição de relações envolvidas nos processos de formação de uma Nova Terra.

A cartografia social opera com sensibilidade. “O cartógrafo dá língua para afetos que pendem passagem” (ROLNIK, 2014, p. 23). A ele cabe o exercício de uma ética do cuidado para não reproduzir nenhum tipo de colonização epistêmica. Como Acselrad e Viégas (2013) chamam atenção, “deve haver um esforço por se compreender e incorporar as múltiplas formas que esses grupos se definem e figurem seu próprio ambiente” (2013, p. 24). Uma desterritorialização parcial compromete tanto o trabalho do cartógrafo social quanto as formas epistêmicas nas quais os grupos nativos se autoconhecem. A desterritorialização parcial compromete, mas não invalida, o trabalho do cartógrafo. Entretanto, cria uma ruptura com a perspectiva de uma Nova Terra. Diante disto, “visa proporcionar uma pluralidade de entradas a uma descrição aberta, conectável em todas as suas dimensões, e voltada para múltiplas experimentações fundadas, sobretudo, num conhecimento mais detido de realidades localizadas” (ALMEIDA; FARIAS JÚNIOR, 2013, p. 154).

A aproximação dos conceitos da metáfora geológica deleuzo-guattariana com o desenvolvimento regional tem como elo a geofilosofia. A geofilosofia é uma abordagem transdisciplinar, que parte da geografia e da filosofia, para cartografar outras possibilidades. Neste ensaio, há a preocupação de se colocar a terra como questão, cartografando



possibilidades de uma abordagem, inventiva e dialógica, com o desenvolvimento regional. De fato, até agora pouco se falou do desenvolvimento regional, mas interessantes, neste momento, são as rupturas assignificantes que permitem outras linhas de análise. Para tal se considera que “a separação ente a comunidade e a Terra supõe a separação entre as pessoas de direitos e seus corpos, operação central e executada pela história do Estado para criar populações administradas” (CANGI, 2019, p. 123). O diálogo acontece no momento que se consideram as possibilidades de uma análise totalizante em vez da parcialidade reducionista sobre os acontecimentos, ultrapassando análises sobre populações administradas.

A abordagem do regional, dentro do desenvolvimento regional, parte da necessidade de delimitar os espaços, como vimos anteriormente. Ao pensar a partir de Deleuze e Guattari, Cangi (2019) recorda que a terra se transformou num espaço territorializado pelo poder. Com isso, há de se considerar duas ideias. Primeiro, a terra não é apenas um espaço físico. Ela também o é, mas é multifacetada. Em certo grau, poder-se-ia dizer que a terra também é um rizoma. Mas à medida que desterritorializações parciais acontecem, o rizoma perde algumas de suas características. Segunda ideia: em decorrência desta há forças que Cangi (2019), chamou de poder, que atravessam a terra. Estas forças determinam a formulação e a composição política dos espaços. Então, colocar a terra como questão é problematizar a composição dos espaços. A geofilosofia, em diálogo como desenvolvimento regional, não é apenas o diálogo das consequências, mas sim uma abordagem sistêmica para compreender os processos de territorialização; desterritorialização e reterritorialização.

O território, retomando a ideia, para Deleuze e Guattari (2010), é sempre um cosmos restringido de informações e representações, que pode ser da ordem histórica, teológica e política. Ele nunca é apenas aquilo que se mostra, mas é também a composição de forças e linhas de fuga que o atravessam e estão ocultas. O diálogo entre a geofilosofia e o desenvolvimento regional, seria uma das formas de desvelar tais atravessamentos. Retomando a metáfora geológica, “a Terra é o elemento superior à produção política do valor, enquanto solo é produção e apropriação como território da potência social transformada em trabalho coletivo que engendra valor, definido o limite e a interioridade de um espaço” (CANGI, 2019, p. 129). O autor chama a atenção para a necessidade de perceber e sentir os elementos sociais que aqui se manifestam, o que corrobora com a ideia de que são múltiplas as forças que atuam no território, ou na região.

A multiplicidade tem um ponto de partida. Este ponto permite, e dá certa credibilidade, a que o diálogo transdisciplinar o ponto, é a terra. Ao discutir a formulação da geofilosofia, os

13



autores franceses afirmam, “a terra não é um elemento entre os outros, ela reúne todos os elementos num mesmo abraço, mas se serve de um ou de outro para desterritorializar o território” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 103). Por analogia, poder-se-ia afirmar que a terra é um novo; então, cabe ao cartógrafo desemaranhar as linhas de um dispositivo pelo qual se faz um novo. As linhas são os múltiplos elementos que compõem a terra. A fragmentação da análise não cessa a multiplicidade, e aproxima-se da geografia. Ela não é somente física ou humana, mas é mental, como a paisagem, diriam os autores. O que talvez deixe em perspectiva uma evidência teórica maior que possibilidades, ditas práticas.

Para assegurar que o diálogo entre a geofilosofia e o desenvolvimento regional não fique apenas no “campo das ideias”, o processo de reterritorialização acontece na cotidianidade. “O Estado e a Cidade, ao contrário, operam uma desterritorialização, porque um justapõe e compara os territórios agrícolas remetendo-os a uma Unidade superior aritmética, e o outro adapta o território a uma extensão geométrica prolongável em circuitos comerciais” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 104). Neste ensaio não há a intenção de estabelecer uma crítica ao “campo das ideias”, dada sua importância, mas há a intenção de demonstrar que se tenta descobrir, no sentido de descortinar, devires. Uma análise da multiplicidade que aborda questões sistemáticas, a fim de evitar reducionismos, desvelando devires. Pois o “próprio estado aparece como efeito ou resultante de uma multiplicidade de engrenagens e de focos que situam num nível bem diferente e que constituem por sua conta uma microfísica do poder” (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 35).

Dadas as pretensões, e considerando a cartografia social como método, amparada pelas características aproximativas do rizoma, este ensaio propõe como abertura conceitual considerando:

- Uma geografia do pensamento, em diálogo com o desenvolvimento regional, para firmar uma abordagem sistêmica de todo e qualquer território;
- A composição do espaço e as diferentes forças que o atravessam, sejam de natureza histórica, teológica ou política;
- A cartografia social, como ponte entre a geofilosofia e o desenvolvimento regional, apresentando uma possibilidade de análise totalizante, relacional e associativa;



- A compreensão do tempo como um ato disruptivo. O tempo como proposta linear, mas não só, percebendo a formação de um turbilhão de eventos e fluxos que rompem o esperando “processo normal”;
- Uma abordagem multifacetada da terra como oposição a realidade distópicas e condicionantes que formam uma massa desigual como produto resultante do capitalismo;
- Uma condição dos afetos para sugerir uma ética do cuidado localizada na terra. Para tal, se compreende a terra como Gaia, e não apenas como espaço de ocupação. A terra como um sentido de pertença e composição da imanência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS OU PROVISÓRIAS

A introdução deste ensaio descrevia como uma paisagem, vista a partir de uma janela, modificava-se com o passar do tempo. O texto não trata de uma paisagem específica, mas se propõe a colocar a terra em questão para explicar as transformações. O que, num primeiro momento, se convencionou chamar de paisagem, ao longo do texto, nomeou-se como território. Da possibilidade de explicar o olhar é que surgiu o objetivo do ensaio que foi cartografar uma reflexão aproximando dialogicamente a geofilosofia com o desenvolvimento regional.

Um dos dilemas que levou à reflexão foi a tentativa de buscar ponderar pontos em torno dos incômodos gerados por situações de desigualdade social e de condições. A reflexão proposta por Deleuze e Guattari em torno do tema abre espaço para pensar a terra como um problema e, nela, os processos de desterritorialização parcial como resultantes das forças que produzem um desenvolvimento desigual. Ao mesmo tempo em que há o problema, há um olhar para outras possibilidades, através da construção de outros caminhos, nos quais os autores chamam de desterritorialização absoluta.

A possibilidade do diálogo se estabelece a partir de uma análise multifacetada que considera os movimentos moleculares de reterritorialização. Assim, haverá condições para a formação de uma Nova Terra, que seria uma forma de desenvolvimento que supera as condições de desigualdade produzidas pelo capitalismo da ordem neoliberal. Que outro sistema seria? A questão permanecerá em aberta porque sua resposta não é possível. Mas há a esperança de que a transgressão da disciplina, e a geografia do pensamento, possibilitem o surgimento de formas de resistência que apontem outros caminhos possíveis.



REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri; VIÉGAS, Rodrigo Nuñez (orgs.). **Cartografia social, terra e território**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2013.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Et al.* (orgs.). **Nova cartografia social: mapeamento social contra o desmatamento e a devastação**. Manaus: UEA Edições, 2015.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; FARIAS JÚNIOR, Emmanuel de Almeida (orgs.). **Povos e comunidades tradicionais: nova cartografia social**. Manaus: UEA Edições, 2013.

AUGSBURGER, Luiz Guilherme; MELCHIORETTO, Albio Fabian. Entre-deux: desterritorializações, novas terras e outras partilha de dois educadores em instituições de clausura. **Revista Linha Mestra**, v. Ano XII, n. 35, p. 18–24, ago. 2018.

CANGI, Adrián. Gaia como questão. Entre a terra e a dívida. In: DIAS, Susana Oliveira; WIDEMANN, Sebastian; AMORIN, Antonio Carlos Rodrigues. **Conexões: Deleuze e Cosmopolíticas e Ecologias Radicais e Nova Terra e...** Coleção Conexões. Campinas: ALB/Clima Com, 2019. p. 123–135.

DELEUZE, Gilles. **Michel Foucault, filósofo**. Barcelona: Gedisa, 1990.

_____. **Post-scriptum: sobre as sociedades de controle**. In: Conversações. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

_____. **A ilha deserta e outros textos**. Textos e entrevistas (1953-1974). São Paulo: Editora Iluminuras, 2005.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

_____. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011a. v. 1

_____. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2012. v. 4

_____. **O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011b.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

MATTEDI, Marcos Antônio. Pensando com o desenvolvimento regional: subsídios para um programa forte em desenvolvimento regional. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, v. 2, n. 2, p. 59–109, Primavera de 2015.

MELCHIORETTO, Albio Fabian. A geofilosofia de Deleuze e Guattari como contribuição para pensar o Desenvolvimento Regional. In: SOUTO, Thales Silveira; FOLMER, Ivanio (org.). **Desenvolvimento regional: política, planejamento e economia**. Porto Alegre: Arco Edições, 2021. p. 80–94.



RIEDL, Mario. Desenvolvimento Regional. In: GRIEBELER, Marcos Paulo Dhein; RIEDL, Mario (orgs.). **Dicionário de Desenvolvimento Regional e temas correlatos**. Porto Alegre: Conceito, 2017. p. 500.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. 2ª Ed. Porto Alegre, RS: Ed. UFRGS, 2014.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades**: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SOUZA, José Cavalcante de (org.). **Os pré-socráticos**: vida e obra. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

THEIS, Ivo Marcos. O que é desenvolvimento regional? Uma aproximação a partir da realidade brasileira. **Redes (St. Cruz Sul, Online)**, Santa Cruz, v. 24, n. 3, p. 334–360, 3 set. 2019.

THEIS, Ivo Marcos; BUTZKE, Luciana. Desenvolvimento Regional no Brasil: inserção subordinada na economia mundial e fragmentação de território. **Anais do VII ENANPUR**, São Paulo, p. 20, 2017.